

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	13
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	14
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	14
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	15
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	17
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS .....	17
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) .....	17
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	18
13. INTANGÍVEL .....	19
14. FORNECEDORES .....	20
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	20
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	21
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	23
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	23
19. PROVISÕES.....	23
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
21. RECEITA.....	29
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	31
23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO .....	33
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	34
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	35
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	44
27. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	45
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO .....	47
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	54
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	57

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	374.940	685.969
Títulos e Valores Mobiliários	5	282.385	79.642
Consumidores e Revendedores	6	1.215.963	1.216.412
Concessionários – Transporte de Energia	6	220.076	221.977
Tributos Compensáveis	7	144.472	287.284
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	122.667	156.443
Fundos Vinculados		375	1.772
Estoques		32.449	32.140
Contribuição de Iluminação Pública		75.081	70.475
Reembolso Subsídios Tributários	10	181.368	136.026
Subvenção Baixa Renda		27.359	26.886
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	11	753.112	38.587
Outros		180.586	194.961
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.610.833</b>	<b>3.148.574</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	5	28.066	8.008
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	931.652	897.686
Tributos Compensáveis	7	324.807	334.849
Depósitos Vinculados a Litígios	9	871.429	853.961
Consumidores e Revendedores	6	167.765	180.307
Concessionários – Transporte de Energia	6	3.302	8.288
Outros Créditos		45.526	81.563
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	12	5.351.763	5.063.802
Intangíveis	13	1.775.514	1.920.898
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.499.824</b>	<b>9.349.362</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>13.110.657</b>	<b>12.497.936</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos	16	825.065	585.601
Debêntures	16	472.631	545.767
Fornecedores	14	1.499.439	853.825
Impostos, Taxas e Contribuições	15	317.202	331.217
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		245.127	245.127
Salários e Encargos Sociais		106.935	129.469
Encargos Regulatórios	17	116.668	125.534
Participações nos Lucros		114.560	81.776
Obrigações Pós-Emprego	18	101.974	99.022
Contribuição de Iluminação Pública		138.302	127.576
Outras		122.941	175.091
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.060.844</b>	<b>3.300.005</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.114.744	1.335.223
Debêntures	16	2.853.768	2.781.328
Provisões	19	160.916	181.705
Obrigações Pós-Emprego	18	1.692.065	1.669.146
Impostos, Taxas e Contribuições	15	580.226	598.215
Encargos Regulatórios	17	125.886	109.944
Outras		31.130	29.512
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.558.735</b>	<b>6.705.073</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>10.619.579</b>	<b>10.005.078</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	20	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		427.805	427.805
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(196.945)	(196.945)
Prejuízos Acumulados		(1.780)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.491.078</b>	<b>2.492.858</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.110.657</b>	<b>12.497.936</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2014	31/03/2013
<b>RECEITA</b>	21	2.242.940	2.257.862
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	22		
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.299.780)	(783.001)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(133.886)	(86.641)
		<u>(1.433.666)</u>	<u>(869.642)</u>
<b>CUSTOS</b>	22		
Pessoal e Administradores		(164.827)	(158.145)
Materiais		(6.556)	(6.893)
Serviços de Terceiros		(122.320)	(122.408)
Amortização		(92.961)	(93.263)
Provisões Operacionais		14.498	(540)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(135.521)	(186.708)
Outras		(22.653)	(22.939)
		<u>(530.340)</u>	<u>(590.896)</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>	22	<b>(1.964.006)</b>	<b>(1.460.538)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>278.934</b>	<b>797.324</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	22		
Despesas com Vendas		(27.305)	(20.941)
Despesas Gerais e Administrativas		(121.682)	(226.030)
Outras Despesas Operacionais		(110.119)	(76.797)
		<u>(259.106)</u>	<u>(323.768)</u>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos</b>		<b>19.828</b>	<b>473.556</b>
Receitas Financeiras	23	178.516	63.300
Despesas Financeiras	23	(193.884)	(147.416)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>4.460</b>	<b>389.440</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(40.206)	(76.286)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	33.966	(59.076)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>(1.780)</b>	<b>254.078</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		(0,00079)	0,11232

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	31/03/2014	31/03/2013
RESULTADO DO PERÍODO	(1.780)	254.078
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>(1.780)</b>	<b>254.078</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>2.261.998</b>	<b>201.151</b>	<b>(269.370)</b>	-	<b>2.193.779</b>
Resultado do Período				254.078	254.078
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	254.078	254.078
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013</b>	<b>2.261.998</b>	<b>201.151</b>	<b>(269.370)</b>	<b>254.078</b>	<b>2.447.857</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>2.261.998</b>	<b>427.805</b>	<b>(196.945)</b>	-	<b>2.492.858</b>
Resultado do Período				(1.780)	(1.780)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	(1.780)	(1.780)
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014</b>	<b>2.261.998</b>	<b>427.805</b>	<b>(196.945)</b>	<b>(1.780)</b>	<b>2.491.078</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	31/03/2014	31/03/2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Período	(1.780)	254.078
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	59.462	51.741
Amortização	104.321	107.602
Provisões para Perdas Operacionais	12.806	21.481
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	1.215	3.966
Juros e Variações Monetárias	60.022	119.996
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.240	135.362
Outros	-	262
	242.286	694.488
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(14.314)	206.700
Concessionários – Transporte de Energia	6.887	40.147
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(759.867)	(715.388)
Tributos Compensáveis	152.854	(9.036)
Imposto de Renda e Contribuição Social	33.777	(2.587)
Depósitos Vinculados a Litígios	(17.468)	(7.723)
Subvenção Baixa Renda	(473)	4.484
Outros	45.496	(61.613)
	(553.108)	(545.016)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	645.614	(61.913)
Tributos e Contribuição Social	(32.004)	(27.033)
IR e CSLL a pagar	1.762	(136)
Salários e Encargos Sociais	(22.534)	85.834
Encargos Regulatórios	7.076	(112.783)
Obrigações Pós-Emprego	(33.591)	(31.152)
Outros	(13.312)	7.054
	553.011	(140.129)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	242.189	9.343
Juros Pagos	(124.925)	(62.581)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(41.968)	(76.150)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>75.296</b>	<b>(129.388)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(222.801)	(18.638)
Em Fundos Vinculados	1.397	34.798
Em Intangível	(135.521)	(186.708)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(356.925)</b>	<b>(170.548)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	2.370.206
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(29.400)	(1.355.028)
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(29.400)</b>	<b>1.015.178</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(311.029)</b>	<b>715.242</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do período	685.969	190.233
No fim do período	374.940	905.475
	<b>(311.029)</b>	<b>715.242</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	31/03/2014		31/03/2013	
<b>RECEITAS</b>				
Venda de Energia e Serviços	3.013.435		3.009.912	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	135.521		186.708	
Outras Receitas	11.750		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.305)		(20.941)	
	<u>3.133.401</u>		<u>3.175.679</u>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.429.173)		(845.917)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(147.710)		(98.068)	
Serviços de Terceiros	(227.753)		(243.334)	
Materiais	(58.580)		(90.636)	
Outros Custos Operacionais	(27.558)		(16.513)	
	<u>(1.890.774)</u>		<u>(1.294.468)</u>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b><u>1.242.627</u></b>		<b><u>1.881.211</u></b>	
<b>RETENÇÕES</b>				
Amortização	(104.321)		(107.602)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b><u>1.138.306</u></b>		<b><u>1.773.609</u></b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas Financeiras	178.516		63.300	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b><u>1.316.822</u></b>		<b><u>1.836.909</u></b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		<b>%</b>		<b>%</b>
<b>Empregados</b>	<b>260.433</b>	<b>19,78</b>	<b>360.182</b>	<b>19,61</b>
Remuneração Direta	170.331	12,94	168.303	9,16
Benefícios	78.531	5,96	68.283	3,72
FGTS	11.571	0,88	11.575	0,63
Outros	-	-	112.021	6,10
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>830.006</b>	<b>63,03</b>	<b>1.051.568</b>	<b>57,25</b>
Federais	230.122	17,48	462.331	25,17
Estaduais	597.646	45,39	587.394	31,98
Municipais	2.238	0,16	1.843	0,10
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>228.163</b>	<b>17,33</b>	<b>171.081</b>	<b>9,31</b>
Juros	207.889	15,79	152.830	8,32
Aluguéis	20.274	1,54	18.251	0,99
<b>Remuneração de Capital Próprio</b>	<b>(1.780)</b>	<b>(0,14)</b>	<b>254.078</b>	<b>13,83</b>
Lucros (Prejuízos) Retidos	(1.780)	(0,14)	254.078	13,83
	<u>1.316.822</u>	<u>100,00</u>	<u>1.836.909</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.844.139 consumidores em 31 de março de 2014 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 31 de março de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$450.011. Esse excesso foi decorrente, principalmente, do aumento do preço médio da energia elétrica comprada para revenda ocasionado pelo maior despacho de usinas térmicas.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 13 de maio de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

## 2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2014, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2013	31/03/2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolsos Subsidiários Tarifários
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Resultado Financeiro Líquido
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	27	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária da Companhia

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre findo em 31 de março de 2014, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

### 2.3. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

*IFRIC 21 - Taxações* – Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

*IAS 36 – Impairment de ativos*– adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

*IAS 39* – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

*Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27* – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

## 3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	23.723	56.289
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	313.838	609.436
Overnight	37.379	20.244
	<b>351.217</b>	<b>629.680</b>
	<b>374.940</b>	<b>685.969</b>

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 80% a 104% conforme operação.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de “Overnight” que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Intermediárias.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	31/03/2014	31/12/2013
Certificados de depósitos bancários	53.432	13.579
Letras Financeiras – Bancos	175.508	52.733
Letras Financeiras do Tesouro	31.216	3.358
Debêntures	41.968	15.142
Outros	8.327	2.838
	<b>310.451</b>	<b>87.650</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>282.385</b>	<b>79.642</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>28.066</b>	<b>8.008</b>

## 6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2014	31/12/2013
Residencial	447.699	208.728	175.456	831.883	822.346
Industrial	213.804	31.830	132.894	378.528	381.979
Comércio, Serviços e Outras	256.738	54.691	91.684	403.113	407.101
Rural	73.635	20.461	27.713	121.809	120.451
Poder Público	63.728	15.471	11.558	90.757	90.338
Iluminação Pública	23.993	739	15.663	40.395	43.666
Serviço Público	44.600	688	23.772	69.060	68.780
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>1.124.197</b>	<b>332.608</b>	<b>478.740</b>	<b>1.935.545</b>	<b>1.934.661</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	18	18	18
Concessionários – Transporte de Energia	63.435	2.959	156.984	223.378	230.265
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	879	879	979
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(552.714)	(552.714)	(538.939)
	<b>1.187.632</b>	<b>335.567</b>	<b>83.907</b>	<b>1.607.106</b>	<b>1.626.984</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>1.436.039</b>	<b>1.438.389</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>171.067</b>	<b>188.595</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Residencial	157.064	148.819
Industrial	268.018	265.363
Comércio, Serviços e Outras	80.884	77.937
Rural	16.363	16.488
Poder Público	10.013	10.070
Iluminação Pública	10.215	10.139
Serviço Público	10.157	10.123
	<b>552.714</b>	<b>538.939</b>

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2013	Constituições	Baixas	31/03/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	538.939	27.305	(13.530)	552.714

## 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	83.622	82.076
COFINS	52.070	175.778
PIS-PASEP	6.559	27.300
Outros	2.221	2.130
	<b>144.472</b>	<b>287.284</b>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	211.523	214.084
COFINS	93.126	99.266
PIS-PASEP	20.158	21.499
	<b>324.807</b>	<b>334.849</b>
	<b>469.279</b>	<b>622.133</b>

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2014 que serão compensadas com Tributos a Pagar apurados para o ano de 2014, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuição Social no Passivo Circulante.

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	90.887	111.920
Contribuição Social	31.780	44.523
	<b>122.667</b>	<b>156.443</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>		
Obrigações Pós-Emprego	410.620	402.616
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	170.904	105.561
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	195.783	191.100
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155
Provisões	54.711	61.780
Taxa de Administração (1)	8.497	8.586
Outros	27.924	20.664
	<b>1.021.594</b>	<b>943.462</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>		
Atualização do Ativo Financeiro	(39.939)	(1.658)
Encargos Capitalizados (1)	(47.264)	(40.906)
Custo de Captação (1)	(2.739)	(3.212)
	<b>(89.942)</b>	<b>(45.776)</b>
<b>Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial</b>	<b>931.652</b>	<b>897.686</b>

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>897.686</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	33.966
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>931.652</b>

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

### c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2014	31/03/2013
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.460	389.440
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.516)	(132.410)
<b>Efeitos Fiscais Incidentes sobre:</b>		
Incentivos Fiscais	753	1.404
Contribuições e Doações Indedutíveis	(352)	(320)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(878)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(3)	350
Multas Indedutíveis	(1.945)	(3.505)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.174)	-
Outros	(3)	(3)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva</b>	<b>(6.240)</b>	<b>(135.362)</b>
Alíquota Efetiva	139,91%	34,76%
<b>Corrente</b>	<b>(40.206)</b>	<b>(76.286)</b>
<b>Diferido</b>	<b>33.966</b>	<b>(59.076)</b>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 09 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013, a Medida Provisória nº 627 tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

Os principais pontos de atenção considerados pela Companhia, no que se refere aos seus procedimentos, estão sendo objeto de estudo específico, bem como a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014, também, dependerá de análise última sobre o texto definitivo da nova Lei e do aguardo da regulamentação pela Receita Federal do Brasil quanto à sua formalização. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia.



## 9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Trabalhista</b>	221.627	209.667
<b>Obrigações Fiscais</b>		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	5.446	5.204
	<u>623.768</u>	<u>623.526</u>
<b>Outros</b>		
Regulatório	15.267	8.781
Cível	2.228	2.366
Relações de Consumo	2.467	2.525
Bloqueio Judicial	4.781	5.805
Outros	1.291	1.291
	<u>26.034</u>	<u>20.768</u>
	<u>871.429</u>	<u>853.961</u>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## 10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias, em 31 de março de 2014, como receitas de subsídios, no montante de R\$136.026. A Companhia tem a receber R\$181.368, dos quais R\$45.342 referem-se a saldos de 2013.

## 11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014.

O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define também que deverá ser mantido na CONTA-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses de CDE referentes ao período de janeiro a março de 2014 foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias, em 31 de março de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais no montante de R\$836.580, dos quais a Companhia tem a receber R\$753.112, referentes à energia adquirida em fevereiro e março de 2014.

## **12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO**

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortização Financeira Líquida	Saldo em 31/03/2014
Ativos Financeiros da Concessão	5.063.802	176.551	(1.182)	112.592	5.351.763

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, no uso de suas atribuições, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Cemig-D contra o Despacho nº 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória - BRR da Concessionária, cujo valor passou a ser de R\$5.849.143, representando um acréscimo de R\$337.375. A Companhia está analisando o resultado do julgamento para eventuais questionamentos adicionais relacionados ao valor da BRR aprovada.

### 13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

#### a) Composição de saldo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.634.462	(5.858.092)	776.370	6.608.618	(5.754.072)	854.546
Intangível em Curso	999.144	-	999.144	1.066.352	-	1.066.352
<b>Total Intangível</b>	<b>7.633.606</b>	<b>(5.858.092)</b>	<b>1.775.514</b>	<b>7.674.970</b>	<b>(5.754.072)</b>	<b>1.920.898</b>

#### b) Mutações do Ativo Intangível em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/03/2014
Intangível em Curso	1.920.898	135.521	(176.551)	(33)	(104.321)	1.775.514

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2014	31/03/2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	101.985	92.316
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(18.698)	(8.451)
Efeito Líquido no Resultado	<b>83.287</b>	<b>83.865</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

## 14. FORNECEDORES

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
Energia de curto prazo - CCEE	779.818	73.724
Encargos de uso da rede elétrica	50.438	45.984
Energia elétrica comprada para revenda	406.062	348.782
Itaipu binacional	134.336	179.924
Materiais e serviços	128.785	205.411
	<b>1.499.439</b>	<b>853.825</b>

## 15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valões recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até fato gerador de Julho/2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por fazer os recolhimentos mensalmente dos impostos.

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
ICMS	257.852	255.844
COFINS	28.014	35.018
PIS-PASEP	6.082	7.603
INSS	11.804	15.286
ISSQN	5.354	6.277
Outros	8.096	11.189
	<b>317.202</b>	<b>331.217</b>
<b>Não Circulante</b>		
COFINS	476.726	491.506
PIS-PASEP	103.500	106.709
	<b>580.226</b>	<b>598.215</b>
	<b>897.428</b>	<b>929.432</b>

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	4.577	27.867	32.444	32.345
KFW	2016	4,5	EUR	2.126	4.112	6.238	6.384
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>6.703</b>	<b>31.979</b>	<b>38.682</b>	<b>38.729</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	104.285	-	104.285	101.744
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI*	R\$	393.684	-	393.684	384.045
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	218.113	-	218.113	212.469
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25 do CDI	R\$		650.298	650.298	634.428
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	15.919	198.369	214.288	208.611
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6.00 a 8,00	R\$	81.965	231.649	313.614	334.090
Grandes Consumidores (3)	2018	Diversas	R\$	4.396	2.449	6.845	6.708
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>818.362</b>	<b>1.082.765</b>	<b>1.901.127</b>	<b>1.882.095</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>825.065</b>	<b>1.114.744</b>	<b>1.939.809</b>	<b>1.920.824</b>
Debêntures (2)	2018	CDI + 0,69	R\$	4.918	410.327	415.245	442.272
Debêntures (2)	2021	IPCA + 4,7	R\$	5.933	1.171.045	1.176.978	1.188.288
Debêntures (2)	2025	IPCA + 5,1	R\$	3.905	698.631	702.536	711.380
Debêntures (2)	2017	IPCA + 7,96	R\$	12.516	573.765	586.281	560.983
Debêntures (2)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	445.359	-	445.359	424.172
<b>Total de Debêntures</b>				<b>472.631</b>	<b>2.853.768</b>	<b>3.326.399</b>	<b>3.327.095</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>1.297.696</b>	<b>3.968.512</b>	<b>5.266.208</b>	<b>5.247.919</b>

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.  
 (2) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.  
 (3) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM: IGPDI+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPDI+ 6%; MANNESMANN: TR+9%.

\*O circulante compõe-se de Juros provisionados no período e Custo de captação a serem apropriados no resultado em 12 meses.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	4.577	-	-	-	-	-	-	27.867	32.444
Euro	2.126	2.056	2.056	-	-	-	-	-	6.238
<b>Total por Moedas</b>	<b>6.703</b>	<b>2.056</b>	<b>2.056</b>	-	-	-	-	<b>27.867</b>	<b>38.682</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	22.451	190.861	190.860	190.860		386.204	386.598	1.097.961	2.465.795
IGP-M (2)	445.359	-	-	-	-	-	-	-	445.359
UFIR/RGR (3)	61.493	67.412	49.802	40.392	35.172	23.562	20.465	15.316	313.614
CDI (4)	537.273	265.616	716.037	66.189	410.796	-	-	-	1.995.911
TR (5)	1.594	-	-	384	96	-	-	-	2.074
IGP-DI (6)	2.316	578	702	702	475	-	-	-	4.773
<b>Total por Indexadores</b>	<b>1.070.486</b>	<b>524.467</b>	<b>957.401</b>	<b>298.527</b>	<b>446.539</b>	<b>409.766</b>	<b>407.063</b>	<b>1.113.277</b>	<b>5.227.526</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.077.189</b>	<b>526.523</b>	<b>959.457</b>	<b>298.527</b>	<b>446.539</b>	<b>409.766</b>	<b>407.063</b>	<b>1.141.144</b>	<b>5.266.208</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);  
 (3) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);  
 (4) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (5) Taxa Referencial (TR);  
 (6) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2014 %	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2013 %	Indexadores	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2014 %	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2013 %
Dólar Norte-Americano	(3,40)	(1,45)	IGP-M	2,55	0,84
Euro	(3,38)	(4,08)	CDI	2,40	1,64
			IPCA	2,18	1,94

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debêntures é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.247.919</b>
Variação Monetária e Cambial	70.629
Encargos Financeiros Provisionados	101.985
Encargos Financeiros Pagos	(124.925)
Amortização de Financiamentos	(29.400)
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>5.266.208</b>

Foram transferidos R\$210.023 para o curto prazo, em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

## Garantias

Em 31 de março de 2014, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	3.451.338
Recebíveis	1.221.742
Sem Garantia	593.128
<b>TOTAL</b>	<b>5.266.208</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 31 de março de 2014, possuem as seguintes características:

	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	COVENANTS	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013
CEMIG D (1)(2) 1ª Série	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	415.245	442.272
CEMIG D (1)(2) 2ª Série	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,7	Não há	1.176.978	1.188.288
CEMIG D (1 (2)) 3ª Série	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,1	Não há	702.536	711.380
CEMIG D (1)(2)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	586.281	560.983
CEMIG D (1)(2)	Simples não Conversíveis	Quirografia	IGP-M + 10,5	Não há	445.359	424.172
<b>TOTAL</b>					<b>3.326.399</b>	<b>3.327.095</b>

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria;

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross default*);

## Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”).

## 17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2014	31/12/2013
Eficiência Energética	127.249	123.420
Pesquisa e Desenvolvimento	33.784	37.815
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.405	10.126
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.259
Encargos de Capacidade Emergencial	31.018	31.018
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.633	1.633
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
	<b>242.554</b>	<b>235.478</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>116.668</b>	<b>125.534</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>125.886</b>	<b>109.944</b>

## 18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>585.207</b>	<b>737.236</b>	<b>20.848</b>	<b>424.877</b>	<b>1.768.168</b>
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	21.289	23.937	677	13.559	59.462
Contribuições Pagas	(18.960)	(11.996)	(374)	(2.261)	(33.591)
<b>Passivo Líquido em 31 de março de 2014</b>	<b>587.536</b>	<b>749.177</b>	<b>21.151</b>	<b>436.175</b>	<b>1.794.039</b>
<b>Passivo Circulante 31 de março de 2014</b>					<b>101.974</b>
<b>Passivo Não Circulante 31 de março de 2014</b>					<b>1.692.065</b>

Os valores registrados, no passivo Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

## 19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2014
Trabalhistas	99.201	2.458	(4.233)	(2.438)	94.988
Cíveis					
Relações de Consumo	22.628	1.450	(749)	(1.674)	21.655
Outras Ações Cíveis	16.272	3.682	-	(1.675)	18.279
	38.900	5.132	(749)	(3.349)	39.934
Tributárias	5.491	3.809	-	(447)	8.853
Ambientais	42	4	-	-	46
Regulatórias	29.832	139	(19.567)	(21)	10.383
Outras	8.239	84	(1.576)	(35)	6.712
<b>Total</b>	<b>181.705</b>	<b>11.626</b>	<b>(26.125)</b>	<b>(6.290)</b>	<b>160.916</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

#### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$422.218 (R\$375.612 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$94.988 foram provisionados (R\$99.201 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



### Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$48.602 (R\$48.850 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$21.655 foram provisionados (R\$22.628 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$116.658 (R\$112.568 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$18.279 (R\$16.272 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$16.212 (R\$12.922 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$8.853 foram provisionados (R\$5.491 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$85.864 (R\$99.246 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$10.383 foram provisionados (R\$29.832 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$38.446 (R\$52.241 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$6.758 foram provisionados (R\$8.281 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

## Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$160.217 (R\$156.745 em 31 de dezembro de 2013).

### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$577.812 (R\$556.525 em 31 de dezembro de 2013). A companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$114.062 (R\$140.838 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter adicionado ou ter deduzido, indevidamente, da base de cálculo da CSLL os valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$59.082. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter argumento de mérito na defesa do referido auto.

### Questões Regulatórias

#### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$17.629 (R\$17.025 em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.319.490 (R\$1.273.863 em 31 de dezembro de 2013), para os quais a Controladora da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

## Majoração tarifária

### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$148.006 (R\$142.496 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

### *Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$184.342 (R\$177.562 em 31 de dezembro de 2013).

## Outros Passivos Contingentes

### *Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$162.642 (R\$155.150 em 31 de dezembro de 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

## **20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de março de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2014 e 2013, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

## Lucro / prejuízo por ação

O Lucro (prejuízo) por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2014	31/03/2013
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Período	(1.780)	254.078
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,00079)	0,11232

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

## 21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2014	31/03/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	2.565.905	2.388.036
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	205.169	362.064
Transações com Energia na CCEE	-	117.019
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	135.521	186.708
Outras Receitas Operacionais (d)	242.361	142.793
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(906.016)	(938.758)
	<b>2.242.940</b>	<b>2.257.862</b>

### a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Residencial	2.567.781	2.312.569	1.217.141	1.148.810
Industrial	980.840	951.943	325.494	310.126
Comércio, Serviços e Outros	1.572.482	1.441.254	633.863	578.056
Rural	743.703	632.817	185.818	173.715
Poder Público	220.672	208.265	84.299	80.959
Iluminação Pública	329.739	309.813	80.652	77.553
Serviço Público	319.227	304.326	84.174	79.704
<b>Subtotal</b>	<b>6.734.444</b>	<b>6.160.987</b>	<b>2.611.441</b>	<b>2.448.923</b>
Consumo Próprio	9.769	8.636	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(45.536)	(60.887)
<b>Total</b>	<b>6.744.213</b>	<b>6.169.623</b>	<b>2.565.905</b>	<b>2.388.036</b>

(\*) Valores em MWh informados não revisado pelos auditores independentes.

### b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

### c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### d) Outras Receitas Operacionais

	31/03/2014	31/03/2013
Serviço Taxado	1.770	3.714
Outras Prestações de Serviços	2.709	4.378
Subvenções (*)	184.541	126.562
Aluguel e Arrendamento	20.160	7.666
Outras	33.181	473
	<b>242.361</b>	<b>142.793</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

### e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2014	31/03/2013
Impostos sobre a Receita		
ICMS	596.889	586.655
PIS-PASEP	46.269	47.528
COFINS	213.118	218.918
ISSQN	112	78
	<b>856.388</b>	<b>853.179</b>
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	8.958	11.832
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	37.656	30.377
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	-	25.645
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	3.583	7.672
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	3.391	19
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	1.695	1.805
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas)	(5.655)	8.229
	<b>49.628</b>	<b>85.579</b>
	<b>906.016</b>	<b>938.758</b>

## 22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal (a)	204.151	310.857
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	39.111	37.597
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	38.173	29.710
Materiais	11.863	10.633
Serviços de Terceiros (b)	164.938	157.627
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.299.780	783.001
Amortização	104.321	107.602
Provisões Operacionais (d)	12.806	21.481
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	133.886	86.641
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	135.521	186.708
Outras Despesas Líquidas (f)	78.562	52.449
	<b>2.223.112</b>	<b>1.784.306</b>

a) Despesas com Pessoal	31/03/2014	31/03/2013
Remunerações e Encargos	176.514	173.908
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.940	11.629
Benefícios Assistenciais	25.507	24.637
	<b>213.961</b>	<b>210.174</b>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(9.752)	(11.338)
Programas de Desligamento de Empregados	(58)	112.021
	<b>204.151</b>	<b>310.857</b>

b) Serviços de Terceiros	31/03/2014	31/03/2013
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	44.894	42.701
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	46.190	42.413
Comunicação	16.657	15.980
Conservação e Limpeza de Prédios	14.248	14.483
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	5.619	6.230
Corte e Religação	2.608	7.038
Podas de Árvores	3.933	4.344
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	4.896	4.540
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	2.686	2.860
Mão de Obra Contratada	1.520	2.160
Hospedagem e Alimentação	2.392	1.132
Vigilância	2.231	1.807
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.361	1.096
Manutenção e Conservação de Veículos	1.903	1.521
Reprografia e Publicações Legais	34	75
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.046	1.295
Fretes e Passagens	734	322
Consultoria	1.368	233
Meio Ambiente	413	186
Outros	10.205	7.211
	<b>164.938</b>	<b>157.627</b>

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	31/03/2014	31/03/2013
Energia de Itaipu Binacional	204.640	230.994
Contratos por Cotas de Garantia Física	54.224	52.438
Cotas das Usinas de Angra I e II	44.407	37.519
Energia de Curto Prazo	365.610	16.104
Contratos Bilaterais	75.560	63.996
Energia adquirida em Leilão	618.928	381.157
PROINFA	65.804	63.709
Créditos de PASEP/COFINS	(129.393)	(62.916)
	<b>1.299.780</b>	<b>783.001</b>

<b>d) Provisões Operacionais</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	27.305	20.941
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	(1.775)	16.678
Cíveis	4.383	(14.756)
Tributárias	3.809	(580)
Ambientais	4	14
Regulatórias	(19.428)	(1.277)
Outras	(1.492)	461
	<b>12.806</b>	<b>21.481</b>

<b>e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Pessoal	10.269	13.087
Materiais	46.717	80.003
Serviços de Terceiros	62.814	85.706
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	14.005	5.414
Arrendamentos e Aluguéis	26	52
Impostos e Taxas	98	1
Outros	1.592	2.445
	<b>135.521</b>	<b>186.708</b>

<b>f) Outras Despesas Líquidas</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Arrendamentos e Aluguéis	19.653	17.809
Propaganda e Publicidade	679	418
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.922	3.899
Subvenções e Doações	1.779	1.709
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.900	5.399
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	25.304	15.712
Contribuição à CCEE	773	898
Seguros	494	429
Forluz – Custeio Administrativo	4.035	4.054
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	27.302	1.328
Outras (Recuperação de Despesas)	(10.279)	794
	<b>78.562</b>	<b>52.449</b>

### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.



## 23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2014	31/03/2013
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	15.019	7.530
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	38.078	36.190
Variações Cambiais	4.700	10.000
Variações Monetárias (1)	4.321	1.823
Multas Contratuais	2.629	1.735
Atualização do Ativo Financeiro	112.593	-
Outras	1.176	6.022
	<b>178.516</b>	<b>63.300</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(83.287)	(83.865)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(21.289)	(22.031)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 25)	-	(110)
Variações Cambiais	(3.520)	(1.072)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(71.830)	(20.212)
Variação Monetária de P&D e PEE	(3.402)	(4.034)
Outras Variações Monetárias	(1.245)	-
Outras	(9.311)	(16.092)
	<b>(193.884)</b>	<b>(147.416)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>(15.368)</b>	<b>(84.116)</b>

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

## 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	961	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	245.127	245.127	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	9.901	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	13.002	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.126	3.157	16.088	15.815	8.597	9.970	(36.723)	(36.640)
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	23.600	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Capim Branco</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	305	8.803	7.996	1.365	1.284	(25.386)	(23.110)
<b>Cemig Telecomunicações</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	546	306	-	-	802	809	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	8.264	7.103	-	-	724	1.447	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	3.298	6.646	444	413	(2.916)	(2.261)
<b>Transmissora Aliança de Energia Elétrica</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.776	1.818	-	-	(3.961)	(8.232)
<b>Baguari Energia</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	464	331	-	-	(1.528)	(305)
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (5)	20.695	20.695	-	-	22.383	21.353	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	43.142	41.613	-	-	(21.289)	(22.031)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(11.940)	(11.629)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(4.035)	(4.054)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	758	758	-	-	(2.274)	(1.452)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	544.396	543.594	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	49.929	48.359	-	-	(24.614)	(16.507)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	720.399	709.725	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e subtransmissão, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;

- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 18 destas Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referente aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 18 destas Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;
- (10) Aluguel do edifício sede.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14, 16, 18, 21 e 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	2.219	2.064
Participação nos Resultados	643	595
Benefícios Pós Emprego	181	159
Benefícios Assistenciais	33	28
<b>Total</b>	<b>3.076</b>	<b>2.846</b>

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ) e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	351.217	351.217	629.680	629.680
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.607.106	1.607.106	1.626.984	1.626.984
Depósitos Vinculados a Litígio	871.429	871.429	853.961	853.961
Subvenção Baixa Renda	27.359	27.359	26.886	26.886
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	934.480	934.480	174.613	174.613
Fundos Vinculados	375	375	1.772	1.772
	<b>3.791.966</b>	<b>3.791.966</b>	<b>3.313.896</b>	<b>3.313.896</b>
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão	5.351.763	5.351.763	5.063.802	5.063.802
<b>Mantidos até o vencimento</b>				
Títulos e valores mobiliários	75.398	75.120	30.932	30.867
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	235.053	235.053	56.718	56.718
<b>Passivos Financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao Custo Amortizado</b>				
Fornecedores	1.499.439	1.499.439	853.825	853.825
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.266.208	5.301.424	5.247.919	5.298.044
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	587.536	587.536	585.207	585.207
	<b>7.353.183</b>	<b>7.388.359</b>	<b>6.686.951</b>	<b>6.737.076</b>

## a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de março de 2013, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	14.337	32.444	13.807	32.345
Fornecedores (Itaipu Binacional)	58.363	134.336	76.982	179.924
	72.700	166.780	90.789	212.269
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.001	6.238	1.974	6.384
<b>Passivo Líquido Exposto</b>		<b>173.018</b>		<b>218.653</b>

### Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2015 será uma valorização de 3,18% para o dólar (R\$2,40) e uma desvalorização de 5,34% para o Euro (R\$3,012). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2014	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	32.444	33.476	41.845	50.214
Fornecedores (Itaipu Binacional)	134.336	138.610	173.263	207.915
	166.780	172.086	215.108	258.129
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	6.238	5.905	7.381	8.857
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>173.018</b>	<b>177.991</b>	<b>222.489</b>	<b>266.986</b>
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial</b>		<b>4.973</b>	<b>49.471</b>	<b>93.968</b>

## Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	351.217	629.680
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	310.451	87.650
Fundos Vinculados	375	1.772
	<u>662.043</u>	<u>719.102</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(1.995.911)	(1.983.570)
	<u>(1.995.911)</u>	<u>(1.983.570)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(1.333.868)</u></b>	<b><u>(1.267.468)</u></b>

### Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2015, a taxa SELIC será de 11,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50% , respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2014	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 11,25%	Cenário SELIC 14,06%	Cenário SELIC 16,88%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	351.217	390.729	400.598	410.502
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	310.451	345.377	354.100	362.855
Fundos Vinculados	375	417	428	439
	<u>662.043</u>	<u>736.523</u>	<u>755.126</u>	<u>773.796</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 16)	(1.995.911)	(2.220.451)	(2.276.536)	(2.332.821)
	<u>(1.995.911)</u>	<u>(2.220.451)</u>	<u>(2.276.536)</u>	<u>(2.332.821)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(1.333.868)</u></b>	<b><u>(1.483.928)</u></b>	<b><u>(1.521.410)</u></b>	<b><u>(1.559.025)</u></b>
<b>Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros</b>		<b><u>(150.060)</u></b>	<b><u>(187.542)</u></b>	<b><u>(225.157)</u></b>

## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 31 de março de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	4.527.988	5.063.802
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.465.795)	(2.460.652)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 16)	(445.359)	(424.172)
	(2.911.154)	(2.884.824)
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>1.616.834</b>	<b>2.178.978</b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,77% e 6,32%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2014	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 5,77% IGP-M 6,32%	Cenário IPCA 7,21% IGP-M 7,90%	Cenário IPCA 8,66% IGP-M 9,48%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	4.527.988	4.814.157	4.885.699	4.957.241
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.465.795)	(2.608.071)	(2.643.579)	(2.679.333)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 16)	(445.359)	(473.506)	(480.542)	(487.579)
	(2.911.154)	(3.081.577)	(3.124.121)	(3.166.912)
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>1.616.834</b>	<b>1.732.580</b>	<b>1.761.578</b>	<b>1.790.329</b>
<b>Efeito Líquido da Variação do IPCA</b>		<b>115.746</b>	<b>144.744</b>	<b>173.495</b>

## Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.



A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	220.739	497.517	608.044	3.778.706	2.904.689	8.009.695
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	12.742	19.375	52.853	360.323	596.825	1.042.118
	<b>233.481</b>	<b>516.892</b>	<b>660.897</b>	<b>4.139.029</b>	<b>3.501.514</b>	<b>9.051.813</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.499.439	-	-	-	-	1.499.439
	<b>1.732.920</b>	<b>516.892</b>	<b>660.897</b>	<b>4.139.029</b>	<b>3.501.514</b>	<b>10.551.252</b>

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$552.714.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

\*\* o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores.

### b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

A Companhia possuía, em 31 de março de 2013, instrumentos derivativos contratados com o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não eram utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram uma perda em 31 de março de 2013 no montante de R\$110, registrado no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto a Companhia não possui, em 31 de março de 2014 nenhuma operação desta natureza em aberto.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

### Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
Total do Passivo	10.619.579	10.005.078
Caixa e Equivalentes de Caixa	(374.940)	(685.969)
Fundos Vinculados	(375)	(1.772)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>10.244.264</b>	<b>9.317.337</b>
Total do Patrimônio Líquido	2.491.078	2.492.858
<b>Capital Ajustado</b>	<b>2.491.078</b>	<b>2.492.858</b>
<b>Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido</b>	<b>4,11</b>	<b>3,74</b>

## 26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/03/2014	Valor justo em 31 de março de 2014		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	42.720	-	42.720	-
Letras Financeiras – Bancos	112.592	-	112.592	-
Letras Financeiras do Tesouro	31.216	-	31.216	-
Debêntures	41.968	-	41.968	-
Outros	6.557	-	6.557	-
	235.053	-	235.053	-
Fundos Vinculados	375	-	375	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.351.763	-	-	5.351.763
	<b>5.587.191</b>	-	<b>235.428</b>	<b>5.351.763</b>

### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Renovação de operações de crédito

Em 04 de abril de 2014, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$200 milhões, contratadas com o Banco do Brasil. A data de vencimento era 04 de abril de 2014, a qual foi prorrogada para 04 de abril de 2015. O empréstimo auferirá juros de 108,5% do CDI ao ano.

### **Emissão de Notas Promissórias**

Em 8 de abril de 2014, a Companhia fez sua sétima emissão de notas promissórias comerciais no mercado de capitais nacional, no valor total de R\$1.210 milhões, com remuneração de 105% do CDI ao ano e vencimento em 03 de abril de 2015. Os recursos foram utilizados para o pagamento de dívidas e a realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias foram garantidas pela CEMIG.

### **Recebimento dos recursos da Conta ACR (CDE/CCEE)**

Em 28 de abril de 2014 e em 12 de maio de 2014, foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE à Cemig D os montantes de R\$446.863 e R\$410.363, respectivamente, referentes aos recursos da CDE dos meses de fevereiro e março de 2014. Os recursos foram utilizados para a liquidação dos compromissos de compra de energia junto à CCEE.

### **Conversão em Lei 12.973/2014 da Medida Provisória nº 627/13**

Em 14 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627/13 que tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015 foi convertida na Lei 12.973/2014.

## DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

### Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2014, um Prejuízo Líquido de R\$1.780 em comparação ao Lucro Líquido de R\$254.078, no primeiro trimestre de 2013. Este resultado deve-se, principalmente, pelo aumento de 65,99% da Energia Comprada para Revenda em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia no mercado atacadista.

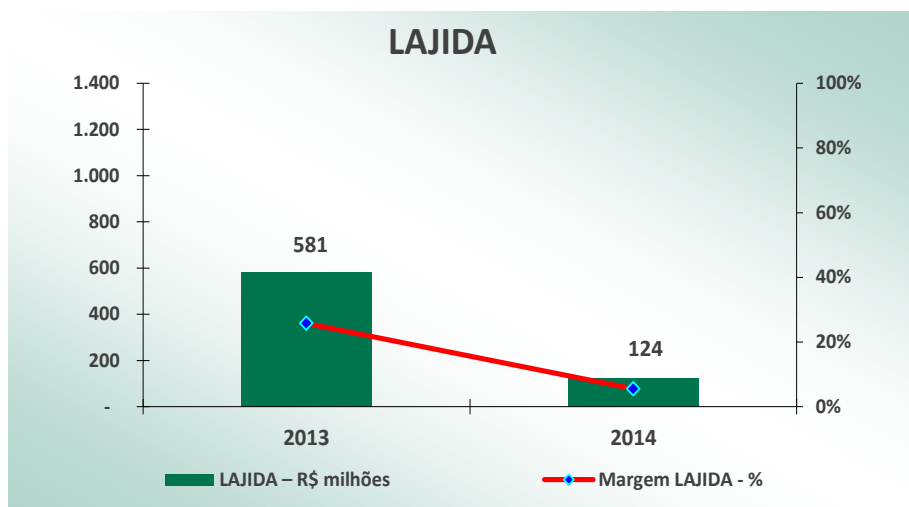
### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 78,64% no primeiro trimestre de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2014	31/03/2013	Var. %
Resultado do Período	(1.780)	254.078	(100,70)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	6.240	135.362	(95,39)
+ Resultado Financeiro Líquido	15.368	84.116	(81,73)
+ Amortização	104.321	107.602	(3,05)
= LAJIDA	<b>124.149</b>	<b>581.158</b>	<b>(78,64)</b>

47

CEMIG Distribuição . A



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no primeiro trimestre de 2014, em comparação ao primeiro trimestre de 2013, deve-se, principalmente, ao aumento de 26,37% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 25,74%, no primeiro trimestre de 2013 para 5,54% no primeiro trimestre de 2014.

### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)**

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.565.905, no primeiro trimestre de 2014, em comparação a R\$2.388.036, no primeiro trimestre de 2013, representando um aumento de 7,45%. Os principais impactos na Receita, no primeiro trimestre de 2014, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 9,31% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, aplicável a partir de 8 de abril de 2013.

### **Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)**

Consumo por Classe	MWh		
	31/03/2014	31/03/2013	Var %
Residencial	2.567.781	2.312.569	11,04
Industrial	980.840	951.943	3,04
Comércio, Serviços e Outros	1.572.482	1.441.254	9,11
Rural	743.703	632.817	17,52
Poder Público	220.672	208.265	5,96
Iluminação Pública	329.739	309.813	6,43
Serviço Público	319.227	304.326	4,90
<b>Total</b>	<b>6.734.444</b>	<b>6.160.987</b>	<b>9,31</b>

O mercado cativo residencial, comercial e rural apresentam, no primeiro trimestre de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 11,04% para a classe residencial principalmente pelo aumento de 7,2% no consumo médio por consumidor, associado ao aumento de 3,4% na quantidade de consumidores.
- crescimento de 9,11% para a classe comercial principalmente pelo aumento de 6,2% no consumo médio por consumidor cativo, associado ao aumento de 2,5% na quantidade de consumidores.



- O aumento de 17,52% de consumo de energia na classe rural está associado ao nível de precipitação pluviométrica, abaixo da média histórica esperada para o período e ocorrência de temperaturas mais elevadas, com maior demanda de energia para irrigação, que teve crescimento de 27,9%.

### ***Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres***

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro trimestre de 2014, a receita foi de R\$205.169 comparada a R\$362.064 do mesmo período de 2013, o que representou uma redução de 43,33%. Esta variação decorre, principalmente, da redução tarifária, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.

### ***Transações com Energia na CCEE***

Esta receita está associada à exposição líquida positiva da Cemig Distribuição no mercado de curto prazo, que não ocorreu no primeiro trimestre de 2014 e foi de R\$117.019 no mesmo período de 2013. Este resultado decorre dos despachos das usinas térmicas pelo regulador, para garantia de suprimento de energia elétrica ao mercado nacional no primeiro trimestre de 2013, o que ocasionou um excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade que foram liquidados no mercado de curto prazo, adicionado ao maior Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no período.

### ***Receita de Construção***

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$135.521, no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$186.708, do mesmo período de 2013, uma redução de 27,42%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### ***Outras Receitas Operacionais***

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 69,73% nos períodos comparados (R\$242.361 no primeiro trimestre de 2014, em comparação a R\$142.793 no mesmo período de 2013) decorrente, principalmente, dos fatores abaixo:

- aumento de 70,63% no repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). No primeiro trimestre de 2014 o montante registrado nesta rubrica foi de R\$136.026 comparado ao valor de R\$79.721 no mesmo período de 2013;

- glosas, autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no primeiro trimestre de 2014 no montante de R\$33.051.

### ***Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita***

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro trimestre de 2014 foram de R\$906.016, comparados a R\$938.758 no mesmo período de 2013, representando uma redução de 3,49%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com redução e extinção de encargos setoriais.

### **Conta de Consumo de Combustível (CCC)**

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). No primeiro trimestre de 2013 os encargos referentes à CCC foram de R\$25.645, referente a janeiro de 2013.

### **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$37.656, no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$30.377, do primeiro trimestre de 2013, representando aumento de 23,96%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### **Encargos Adicionais Lei 12.111/09**

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia reconheceu uma redução de despesa no valor de R\$5.655, a título de ressarcimento autorizado pela ANEEL através do Ofício 782/2013. Esse ressarcimento se deu em função de montantes do adicional de 30% de que trata a lei 12.111/2009 recolhidos indevidamente no período de janeiro a março de 2013. No primeiro trimestre de 2013, o valor registrado nessa rubrica é uma despesa de R\$8.229.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.223.112 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$1.784.306 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 24,59%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

#### Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$133.886 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$86.641 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 54,53%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

#### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$204.151 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$310.857 no mesmo período de 2013, representando uma redução de 34,33%. Esta redução decorre, principalmente, do fato de que em 2014 a despesa não foi impactada pelo Programa Incentivo ao Desligamento (PID). No primeiro trimestre de 2013 a despesa provisionada para o referido programa foi de R\$109.500.

Mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## Energia Elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.299.780 no primeiro trimestre de 2014 comparada a uma despesa de R\$783.001 em 2013, representando um aumento de 66%.

Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País;
- aumento de 62,38% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$618.928 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$381.157 no mesmo período de 2013, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- redução de 11,41% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$204.640 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$230.994 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 24,71% na quantidade de energia comprada sendo 1.541.042 MWh em 2014 comparados a 2.046.846 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Real frente ao Dólar no primeiro trimestre de 2014 . O Dólar médio relativo às faturas no primeiro trimestre de 2014 foi de R\$1,802, em comparação a R\$2,342 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 29,98%;
- O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. No primeiro trimestre de 2014, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$836.580, conforme abaixo:
  - R\$159.802 decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário;
  - R\$677.048 em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).

### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$135.521, no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$186.708, do mesmo período de 2013, uma redução de 27,42%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### Outras Despesas Operacionais Líquidas

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$449,774 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$417.099 no mesmo período de 2012, o que representou um aumento de 7,83%.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro trimestre de 2014, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$15.368, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$84.116 no mesmo período de 2013, uma redução de 81,73%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Reconhecimento, no primeiro trimestre de 2013, da atualização monetária do Ativo financeiro referente à Base Regulatória de Remuneração dos Ativos no montante de R\$112.593. O índice de correção é o IGP-M;
- aumento de 99,46% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$15.019 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$7.530 do mesmo período de 2013, decorrente do maior volume de recursos aplicados em 2014;
- aumento de 255,38% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$71.830 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$20.212 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre substancialmente do maior saldo médio no 1º trimestre de 2014 de empréstimos vinculados à inflação na comparação com o mesmo período de 2013 e, em menor parte, da maior variação do IPCA no período (2,18% no 1º trimestre de 2014 em comparação a 1,94% no 1º trimestre de 2013).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro trimestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$6.240 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$4.460, representando um percentual de 139,91%. No primeiro trimestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$135.362 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$389.440, representando um percentual de 34,76%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

### Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário - 2015	31/03/2014	31/12/2013
Ativo	1.149.079	644.298	1.793.377	1.307.970
Passivo	(937.234)	(353.183)	(1.290.417)	(963.869)
	<b>211.845</b>	<b>291.115</b>	<b>502.960</b>	<b>344.101</b>

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>		
Despesas Antecipadas – CVA (1)	1.789.012	1.257.729
Redução Tarifa uso Sistema Transmissão e Distribuição	111	26.096
Descontos concedidos a Irrigantes	-	4.913
Outros Ativos Regulatórios	4.254	19.232
	<b>1.793.377</b>	<b>1.307.970</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(192.406)	(128.556)
	<b>1.600.971</b>	<b>1.179.414</b>
<b>Passivos</b>		
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(1.289.441)	(950.346)
Outros Passivos Regulatórios	(976)	(13.523)
	<b>(1.290.417)</b>	<b>(963.869)</b>
	<b>310.554</b>	<b>215.545</b>

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

### Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

### Parcela A

Os itens da Parcela A são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os valores constituídos pela Companhia referem-se ao ressarcimento, aos consumidores, dos valores faturados a maior.

### Descontos TUSD e Irrigação

Consiste na compensação da perda de receita da concessionária em função da concessão de descontos aos consumidores livres de fontes incentivadas, aos autoprodutores e produtores independentes e aos descontos especiais na tarifa de fornecimento das atividades de irrigação e aquicultura.

### Subvenção Baixa Renda

Subsídios concedidos aos consumidores com direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) a serem ressarcidos, à Companhia, pelos demais consumidores.

### Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	31/03/2014	31/03/2013
<b>Resultado do Período</b>	<b>(1.780)</b>	<b>254.078</b>
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	138.634	(315.039)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	5.318	14.830
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(48.944)	102.071
<b>Resultado do Período considerando ativos e passivos regulatórios</b>	<b>93.228</b>	<b>55.940</b>

<b>LAJIDA REGULATÓRIO</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>Var %</b>
Resultado do Período considerando ativos e passivos regulatórios	93.228	55.940	66,66
+ Despesa de IR e Contribuição Social	55.184	33.291	65,76
+ Resultado Financeiro	10.050	69.286	(85,49)
+ Amortização	104.321	107.602	(3,05)
<b>= LAJIDA</b>	<b>262.783</b>	<b>266.119</b>	<b>(1,25)</b>

\*\*\*\*\*



## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Distribuição S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

## **Ênfase**

*Lei n° 12.783/12, Decretos n° 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14*

Conforme mencionado na nota explicativa n° 11 às informações contábeis intermediárias, a Companhia contabilizou, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“Interim Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez  
Contador  
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG